



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

**PLANO DE PREVENÇÃO, CONTROLE E ALTERNATIVAS
SUSTENTÁVEIS AO DESMATAMENTO EM RONDÔNIA.**

2009 – 2015

PORTO VELHO (RO), 29 DE JULHO DE 2009





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

IVO NARCISO CASSOL

Governador de Rondônia

CLETHO MUNIZ BRITO

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental

PAULO ROBERTO VENTURA BRANDÃO

Secretário Adjunto

MARIA DOLORES SANTOS DA COSTA

Assessora Especial Ambiental

ANTONIO ALVES DE AZEVEDO SOBRINHO

Gerente de Projetos

MARIA ANTONIA DO NASCIMENTO

Assessora de Comunicação Social e Relações Públicas

HELOISA HELENA FLORIANI RONCHETTI

Chefe de Gabinete

ANDREIA CARLA GARCIA MOURA TABORDA

Coordenadora de Planejamento, Administração e Finanças

JOSÉ TRAJANO DOS SANTOS

Coordenador do Meio Físico

IBALDECI DOS SANTOS FERREIRA

Coordenador de Desenvolvimento Florestal e Faunístico

IRACY WANDERLEY FILHA

Coordenadora de Educação Ambiental



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

VALDIR HARMATIUK

Coordenador de Geociências

JOSÉ JANDUHY LIMA

Coordenador de Licenciamento e Monitoramento Ambiental

JOSÉ CARLOS COUTINHO

Coordenador de Proteção Ambiental

LUIZ CLÁUDIO FERNANDES

Coordenador de Unidades de Conservação

KATIA REGINA CASULA

Coordenadora do Programa de Recuperação de Matas Ciliares

GABRIEL DE LIMA FERREIRA

Consultor Independente

(Contrato N° 2009/000325 – MMA/PNUD)

EVANDRO DE AGUIAR FERREIRA

Consultor Independente

ESTE PLANO DE PREVENÇÃO, CONTROLE E ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS AO DESMATAMENTO EM RONDÔNIA FOI ELABORADO COM O APOIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA, ATRAVÉS DO PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL – PPG7.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. CARACTERÍSTICAS DO DESMATAMENTO EM RONDÔNIA	08
3. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	21
4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	22
4.1. Objetivo Geral	22
4.2. Objetivos Específicos (Metas)	22
5. PROGRAMAS ESTRUTURANTES	23
5.1. Programa Estruturante de Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária.	23
5.2. Programa Estruturante de Alternativas Sustentáveis para a Produção Agropecuária e o Manejo Florestal.	30
5.3. Programa Estruturante de Monitoramento e Controle Ambiental.	43
5.4. Programa Estruturante de Capacitação para a Gestão Ambiental.	48
5. GERENCIAMENTO DO PLANO	55
5.1. Desenho e planejamento operacional.	55
6. QUADRO ORÇAMENTÁRIO	56
7. ANEXOS	56



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

1. INTRODUÇÃO

O Governo de Rondônia tem assumido cada vez mais compromissos com prevenção e o controle do desmatamento, compreendendo que a atual ocupação do Estado já atingiu os limites previstos no Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico, necessitando de medidas urgentes para promover ações que diminuam a pressão sobre as áreas protegidas – terras indígenas e unidades de conservação - e inicie o processo de recuperação das áreas alteradas das Reservas Legais e de Proteção Permanente das propriedades rurais.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, através do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, apoiou Rondônia na elaboração deste **Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento**, tendo por base as informações contidas no Diagnóstico dos principais agentes, fatores, dinâmicas e tendências que determinaram a conversão de quase 38% da cobertura vegetal de Rondônia até 2008 e como estes processos continuam determinando o desmatamento.

Este mesmo Diagnóstico foi a base para as discussões e consultas realizadas durante as oficinas de planejamento realizadas nos municípios de Nova Mamoré, Porto Velho (incluindo União Bandeirante), Cujubim, Machadinho do Oeste, Buritis, Espigão do Oeste e Pimenta Bueno, locais onde a dinâmica do desmatamento tem ocorrido de forma mais intensa.

Da mesma forma o assunto foi apresentado e discutido quando das Audiências Públicas promovidas pela Assembléia Legislativa de Rondônia para discutir alterações no Código Florestal nos municípios de Ariquemes, Ji-paraná, Porto Velho, Rolim de Moura e Vilhena, ampliando a base de divulgação da proposta. As sugestões e recomendações dos participantes das reuniões foram consideradas na elaboração da versão final **Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento em Rondônia** e estão organizadas em



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

quatro Eixos Temáticos: (i) Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária, (ii) Fomento para a Produção Sustentável, (iii) Ações de Comando e Controle para a Prevenção do Desmatamento e (iv) Capacitação para a Descentralização da Gestão Ambiental.

Para o **Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária** as ações principais são a atualização do ZEE e a implementação do Programa Terra Legal numa parceria entre o Governo Federal e Estadual.

O Eixo Temático de **Fomento para a Produção Sustentável** foi o que mais motivou os participantes dos encontros e o que mais reuniu sugestões, numa compreensão que a redução do desmatamento só será possível com o aumento da produtividade, principalmente na pecuária.

O Eixo com ações de **Comando e Controle**, sempre muito criticadas, continua sendo um valioso instrumento que o Estado dispõe para fazer valer seu poder de polícia nas questões ambientais, e serão utilizadas principalmente no controle do acesso às áreas protegidas de Rondônia para que se evite a ocupação, retirada de madeira, caça e pesca ilegais, com destaque para o entorno das terras indígenas e as unidades de conservação.

O último Eixo Temático pretende tratar dois temas de vital importância para o sucesso da estratégia de valorizar o ativo ambiental de Rondônia: a **Capacitação para Gestão Ambiental Descentralizada**, apoiando os agentes locais, públicos e privados, para atuarem na promoção da sustentabilidade sócio-ambiental e do desenvolvimento.

A estrutura do Plano está dividida em **4 Programas Estruturantes**, associados aos Eixos Temáticos, e 40 propostas de **Projetos Prioritários** associados aos Programas Estruturantes. Estes Projetos Prioritários deverão ser elaborados em detalhes, de forma participativa, e encaminhados aos parceiros para captação de recursos e execução compartilhada.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

O arranjo institucional para a coordenação e execução do Plano exige a participação ativa e integrada do Governo de Rondônia, do Governo Federal e suas instituições que atuam no Estado, os Governos Municipais e a Sociedade Civil Organizada, prevendo-se mecanismos de acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados.

Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento em Rondônia foi elaborado para um horizonte de 06 anos, com início em 2010, estimando a redução gradual das taxas de desmatamento para zero em 2015. Esta proposta do Governo de Rondônia reflete o que está previsto no Plano Amazônia Sustentável – PAS, no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAM e no Plano Nacional sobre Mudança do Clima propostos pelo Governo Federal.

Dentro do possível, as ações nos diferentes níveis deverão ser integradas e direcionadas no esforço do Brasil para promover o desenvolvimento da Amazônia brasileira com redução das emissões de GEE que têm origem no desmatamento e queimada da floresta.

Em termos de recursos financeiros, o Governo de Rondônia está prevendo em seu Plano Plurianual – PPA, recursos orçamentários para cobrir a demanda prevista para os Projetos Prioritários e espera contar com a parceria do Governo Federal, Instituições Internacionais e Iniciativa Privada.

Finalmente, este **Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento em Rondônia**, será apresentado no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, no Conselho Estadual de Política Ambiental – CONSEPA e no Conselho Estadual de Desenvolvimento de Rondônia – CONDER, para garantir sua legitimidade e ampliar o compromisso do Estado com sua execução.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

2. CARACTERÍSTICAS DO DESMATAMENTO EM RONDÔNIA.

Rondônia foi ocupada como resultado da política de integração nacional do Governo Militar, que se intensifica nas décadas de 70 e 80, tendo como base a implantação dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) e os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), sob responsabilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA. Essa política tinha dois objetivos: o primeiro viabilizar a “modernização da agricultura” no centro-sul do país, principalmente para a expansão da soja no Paraná, e da pecuária de corte em Minas Gerais e Espírito Santo, expulsando milhares de meeiros, posseiros, arrendatários, trabalhadores rurais e pequenos produtores que migraram para a fronteira agrícola na Amazônia, sendo Rondônia uma opção para recomeçar a vida. O segundo objetivo era diminuir as tensões no campo e manter o movimento social dos trabalhadores rurais sob controle do Estado, escondendo a miséria na Amazônia ou nas favelas que se ampliavam nas periferias das grandes cidades.

Em quase quarenta anos de ocupação a população de Rondônia passou de 130.000 habitantes em 1.970 para os quase 1.500.000 habitantes atualmente.

Repetindo os modelos já conhecidos desde o início da colonização portuguesa no Brasil, a ocupação em Rondônia ocorreu de forma predatória, sem considerar as especificidades locais e respeitar os grupos sociais que há anos habitavam a floresta como os índios, seringueiros e ribeirinhos. A política foi de incentivo para substituir a floresta a qualquer custo, num primeiro momento para cultivar arroz, milho, feijão e mandioca, ocasionalmente, com o plantio de culturas perenes como café, cacau e seringueiras com recursos do crédito rural.

No entanto, com manejo inadequado do solo, dificuldades de acesso ao mercado, e baixas produtividades quase toda a área plantada foi convertida



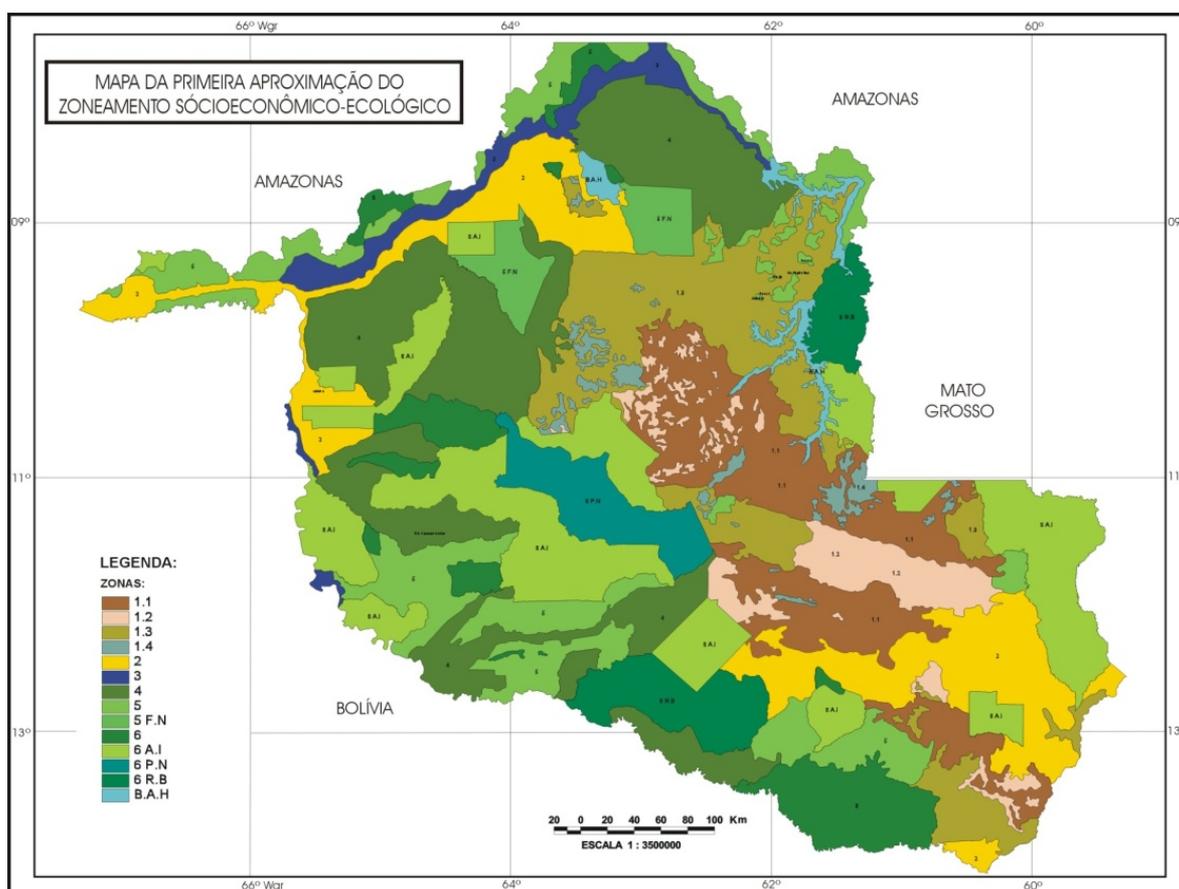
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

em pastagens para abrigar um crescente rebanho bovino que hoje chega a cerca de 12 milhões de cabeças que ocupa perto de 6 milhões de hectares plantados com gramíneas. Esse processo gerou um enorme um passivo ambiental que já compromete as condições edafoclimáticas locais, com a maioria das unidades produtivas sem reserva legal e área proteção permanente.

Visando atender as demandas de ordenamento territorial e a proteção de áreas especiais, o Estado foi o primeiro da Amazônia a instituir o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico – ZSEE, com a edição da Lei Complementar 52, em 1991, que dividia o estado em 06 zonas com usos específicos segundo as potencialidades e fragilidades ambientais identificadas.

O mapa abaixo indica as Zonas desta primeira aproximação:





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

No entanto, sem validação social e política a primeira aproximação do ZEE foi apenas um trabalho bem intencionado de técnicos, com pouquíssima apropriação pelo Governo, políticos e principalmente pela classe produtora.

Nenhum órgão público, principalmente o INCRA e os Bancos Oficiais, respeitaram o ZEE e continuaram a executar suas políticas como se a lei não existisse.

Para tentar resgatar o conceito de ordenamento territorial, com recursos do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO, e tendo por base complexos estudos sócio-econômicos e ambientais, foi realizada a segunda aproximação do ZSEE, que foi aprovado pela Lei 233/2000, consolidado pela Lei Estadual Complementar 312/2005 e aprovado pelo CONAMA em 26 de março de 2006 e reconhecido pelo Decreto Federal 5.875/2006, reafirmando a estrutura legal de Rondônia para gerir seu território.

Com o ZSEE foram definidas três Zonas de uso, num processo de negociação e concertação política, visando reduzir a tensão e definir os usos conforme indicativos de vulnerabilidade ambiental e potencial sócio econômico.

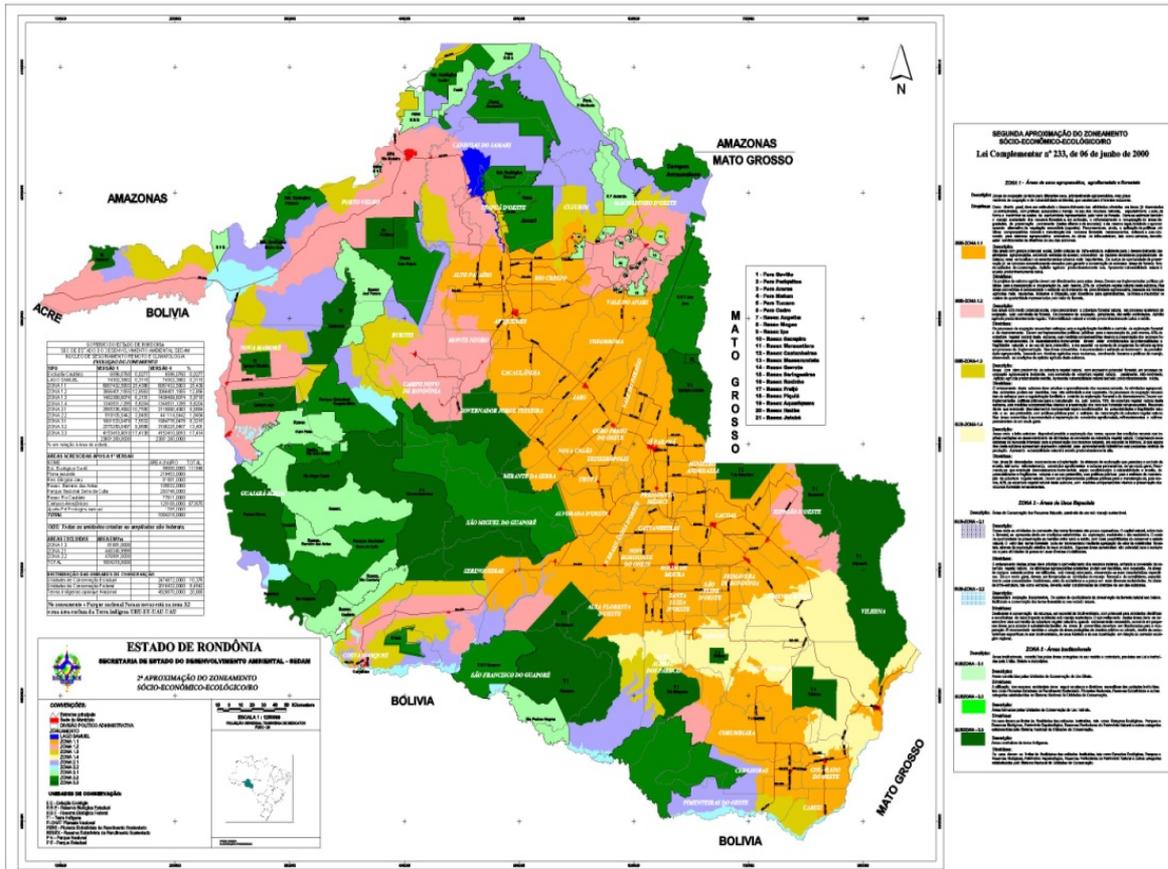
As áreas de uso para a agropecuária ficaram inseridas na Zona 1, de maior abrangência, onde a flexibilização do Código Florestal possibilita o desmatamento de até 50% das áreas na maioria das unidades produtivas. A Zona 2 abrange as terras destinadas aos manejo florestal sustentável e a Zona 3 para as áreas especiais de Proteção Integral e as Terras Indígenas.

O mapa abaixo indica as três zonas da segunda aproximação do ZSEE indicando como avançou a área passível de ter seu desmatamento reconhecido sendo seu uso permitido para atividades agropecuárias.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM



No entanto, a fragilidade institucional e os arranjos políticos locais, mais uma vez, redesenharam as tendências de uso da terra com a descaracterização do ordenamento previsto pelo ZSEE e aprovado em lei, tendo como resultado a manutenção das elevadas taxas de desmatamento anual.

O incremento do desmatamento se mostrou crescente até o ano de 2003, somente a partir daí, foi que se observou uma queda acentuada nos índices, como mostra o gráfico 1. No entanto, deve-se considerar que em boa parte dos municípios de Rondônia a área desmatada já ultrapassou 80% do território municipal, no caso de Teixeiraópolis este índice chega aos incríveis 94% de área desmatada (fonte: PRODES/INPE, 2007), cuja tendência é zerar o desmatamento por absoluta falta de floresta para consumir, mascarando a



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

tendência de crescimento da destruição das florestas que vem ocorrendo nas novas áreas de ocupação com ocupação para a retirada de madeira, como nos municípios de Cujubim, Porto Velho, Nova Mamoré, Burity, Machadinho e outros.

Grande parte dos municípios que apresentam índices de desmatamento abaixo de 50% em Rondônia deve-se ao fato de que em suas áreas encontram-se Terras Indígenas e Unidades de Conservação, quando estas áreas protegidas são retiradas dos territórios municipais praticamente todos os municípios apresentam desmatamento superior a 50%, muitos perto de 80% de áreas sem florestas nativas.

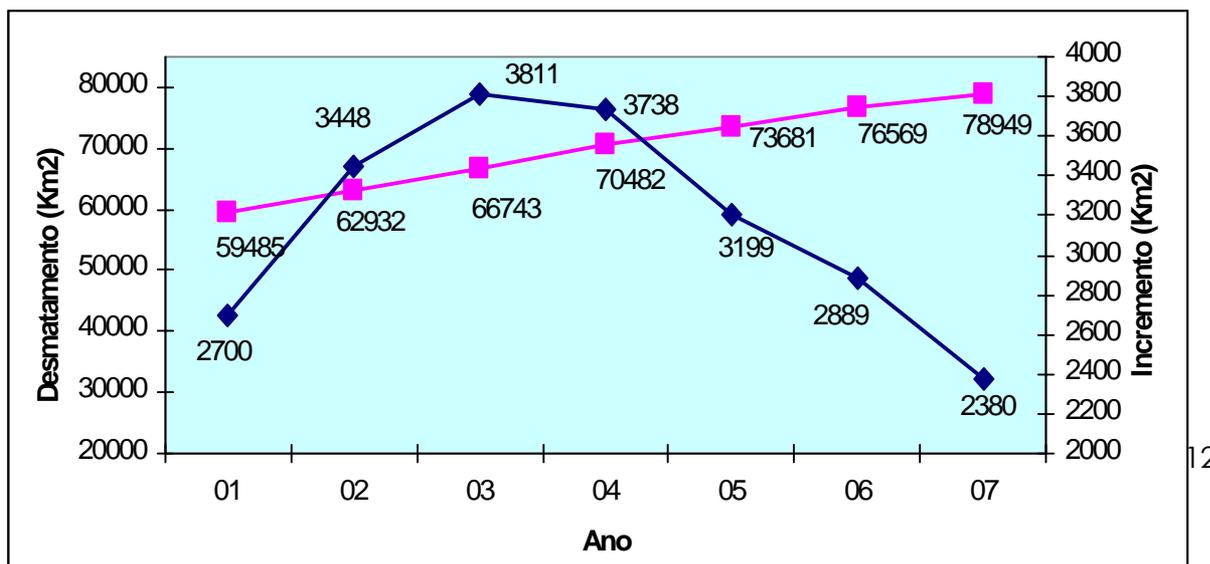
Este desmatamento ocorreu em nível de propriedade à custa das áreas de Reserva Legal e de Proteção Permanente estando a maioria das propriedades em situação irregular junto aos órgãos ambientais.

Segundo informações da SEDAM, o Estado possui 33,1% de sua cobertura vegetal alterada, conforme demonstra o gráfico 2.

Nesse caso o gráfico considera os Biomas da Amazônia e Cerrado, quando o cálculo é feito somente para o Bioma Amazônia o índice de desflorestamento sobe para próximo de 38%.

Gráficos 1 e 2 - Evolução do desmatamento em Rondônia

(1988 a 2007)



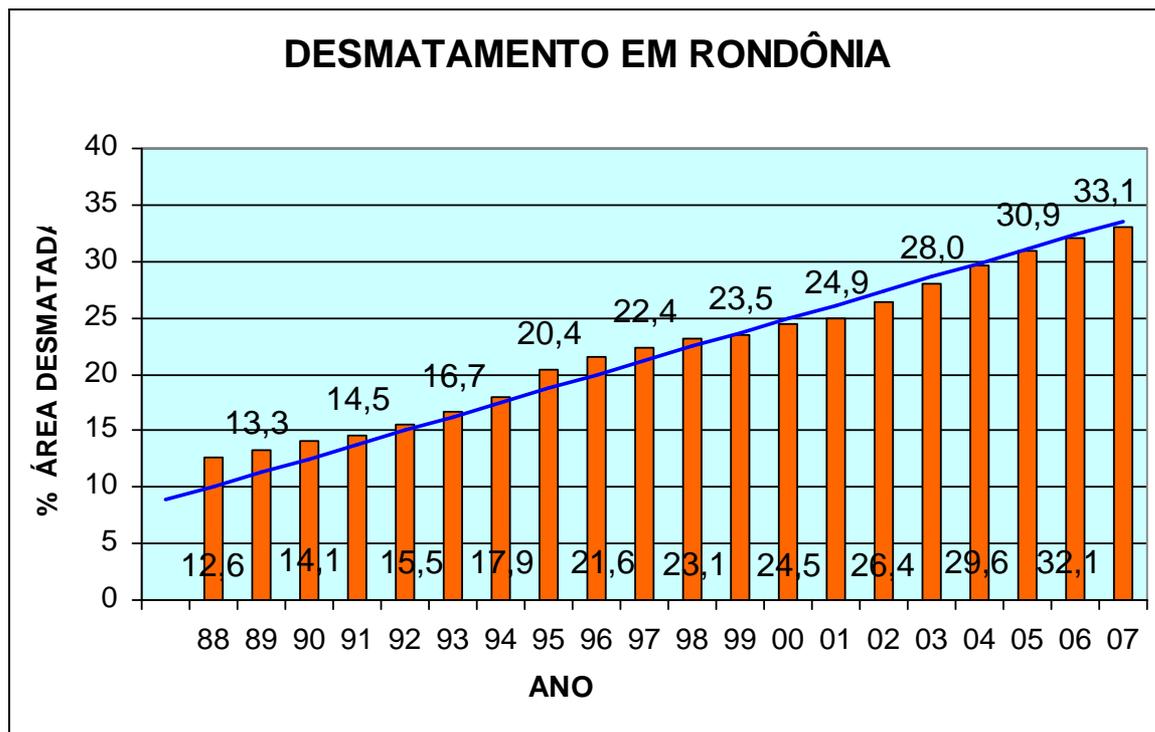
12



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

O Gráfico abaixo mostra o desmatamento ao longo dos últimos anos e considera toda a formação vegetal, incluindo floresta e cerrado.



Observando e classificando o desmatamento por município, segundo informações do PRODES/INPE para o valor acumulado até 2007, temos a seguinte situação.

Pelo quadro podemos ver que nem sempre o município que acumulou mais área desmatada é o que tem maior índice de desmatamento, como é o caso de Porto Velho, isso se deve pelo fato do tamanho do município.

Municípios pequenos, como Teixeiraópolis e Presidente Médici, praticamente já não têm florestas – 6% e 8% - respectivamente.

O próximo quadro indica, segundo o INPE, a situação para cada município de Rondônia



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Distribuição dos 81409.6 km2 de DESMATAMENTO até 2007 no RO	
Porto Velho/RO	(7246.1)
Ariquemes/RO	(3040.8)
Nova Mamoré/RO	(2655.0)
Machadinho d'Oeste/RO	(2624.2)
Jaru/RO	(2592.0)
Ji-Paraná/RO	(2581.1)
Chupinguaia/RO	(2557.4)
Cacoal/RO	(2461.6)
Pimenta Bueno/RO	(2260.8)
Alta Floresta d'Oeste/RO	(2161.3)
Corumbiara/RO	(2085.4)
Espigão d'Oeste/RO	(2044.3)
São Miguel do Guaporé/RO	(2028.1)
Buritis/RO	(2012.6)
Costa Marques/RO	(1877.0)
São Francisco do Guaporé/RO	(1831.0)
Ouro Preto do Oeste/RO	(1732.6)
Campo Novo de Rondônia/RO	(1715.6)
Theobroma/RO	(1704.2)
Candeias do Jamari/RO	(1669.0)
Vilhena/RO	(1608.5)
Presidente Médici/RO	(1588.9)
Alto Paraíso/RO	(1576.5)
Cacaulândia/RO	(1394.8)
Guajará-Mirim/RO	(1382.4)
Alvorada d'Oeste/RO	(1342.6)
Rolim de Moura/RO	(1304.6)
Governador Jorge Teixeira/RO	(1294.1)
Monte Negro/RO	(1275.8)
Cujubim/RO	(1272.3)
Alto Alegre dos Parecis/RO	(1213.2)
Pimenteiras do Oeste/RO	(1206.3)
Colorado do Oeste/RO	(1156.5)
Vale do Anari/RO	(1147.0)
Seringueiras/RO	(1064.5)
Parecis/RO	(1055.0)
Rio Crespo/RO	(1011.4)
Santa Luzia d'Oeste/RO	(957.6)
Cabixi/RO	(923.7)
Nova Brasilândia d'Oeste/RO	(870.0)
Vale do Paraíso/RO	(861.0)
Itapuã do Oeste/RO	(816.0)
Cerejeiras/RO	(771.5)
Novo Horizonte do Oeste/RO	(734.3)
Castanheiras/RO	(708.6)
Ministro Andreazza/RO	(699.5)
Nova União/RO	(674.9)
Urupá/RO	(672.9)
Mirante da Serra/RO	(604.3)
São Felipe d'Oeste/RO	(482.4)
Teixeirópolis/RO	(439.0)
Primavera de Rondônia/RO	(419.5)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Os **agentes** do desmatamento em Rondônia continuam sendo pequenos produtores rurais – assentados, migrantes e sem-terra -, pecuaristas, “lavoureiros” madeireiros (desmatamento oculto).

Os **fatores** que mais contribuem para o crescimento das taxas nas regiões de avanço da fronteira interna são o crédito – PRONAF e FNO, a abertura de estradas, os investimentos públicos associados às obras de infraestrutura, o crescimento do rebanho bovino, a expansão da agricultura mecanizada, a migração da indústria madeireira para as áreas de fronteira e a grillagem de terras. A falta de regularização fundiária em algumas áreas do estado contribui de forma significativa para o aumento do desmatamento, onde os agentes de proteção ambiental dificilmente conseguem identificar os infratores.

Em algumas regiões somente existem remanescentes mínimos das áreas de reserva legal e preservação permanente das unidades produtivas, em outras o desmatamento já avançou sobre as áreas protegidas legalmente como unidades de conservação de uso sustentável, proteção integral e as áreas indígenas. Dados recentes indicam a necessidade de providências urgentes para estancar a perda de floresta no interior das áreas especiais.

A solução para o processo de desmatamento só virá de um grande acordo entre a sociedade rondoniense, que envolva a classe produtora, a classe política, lideranças locais e regionais, governo federal, estadual e municipais, indígenas, extrativistas, pescadores, estudantes, cientistas etc num esforço de salvar o que resta da rica sócio-biodiversidade do estado.

Abaixo quadro com a evolução do desmatamento por município elaborado pela SEDAM.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

FONTE: SEDAM/RO

EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO								
Nº	MUNICÍPIO	ÁREA DO MUNICÍPIO (ha)	DESMATE POR ANO					
			2001	2002	2003	2004	2005	2006
1	ALTA FLORESTA D'OESTE	711.180,00	166.693,48	10124,373	10616,96	2087,72	10245,9	9873,29
			23,44%	1,42%	1,49%	0,29%	1,44%	1,39%
2	ALTO ALEGRE DO PARECIS	395.270,00	76.431,77	7.936,17	9.538,76	3.374,21	7.804,62	7.037,96
			19,34%	2,01%	2,41%	0,85%	1,97%	1,78%
3	ALTO PARAISO	265.870,00	97.290,34	9.953,76	9.099,42	7.598,32	15.441,19	6.628,88
			36,59%	3,74%	3,42%	2,86%	5,81%	2,49%
4	ALVORADA D'OESTE	298.220,00	129.298,40	5.276,21	4.753,77	1.871,11	1.775,88	3.295,22
			43,36%	1,77%	1,59%	0,63%	0,60%	1,10%
5	ARIQUEMES	499.530,00	233.798,00	13.097,94	14.004,92	6.141,35	13.215,00	7.233,21
			46,80%	2,62%	2,80%	1,23%	2,65%	1,45%
6	BURITIS	328.660,00	111.783,37	13899,552	10888,57	16118,82	15813,59	14411,25
			34,01%	4,23%	3,31%	4,90%	4,81%	4,38%
7	CABIXI	153.070,00	77.156,53	3.518,81	1.994,82	1.550,32	1.800,00	699,16
			50,41%	2,30%	1,30%	1,01%	1,18%	0,46%
8	CACAULÂNDIA	201.040,00	102.719,00	10.679,88	5.756,06	4.331,26	3.379,17	3.098,15
			51,09%	5,31%	2,86%	2,15%	1,68%	1,54%
9	CACOAL	380.840,00	207.631,99	3.375,79	2.678,07	2.537,09	5.427,29	2.609,20
			54,52%	0,89%	0,70%	0,67%	1,43%	0,69%
10	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	345.590,00	109.241,95	12.191,94	7.180,72	10.295,43	13.718,62	9.434,87
			31,61%	3,53%	2,08%	2,98%	3,97%	2,73%
11	CANDEIAS DO JAMARI	686.760,00	127.127,70	8.295,35	8.876,44	15.899,59	9.832,15	14.026,58
			18,51%	1,21%	1,29%	2,32%	1,43%	2,04%
12	CASTANHEIRAS	90.120,00	58.348,96	2.336,49	1.463,60	877,45	262,98	936,09
			64,75%	2,59%	1,62%	0,97%	0,29%	1,04%
13	CEREJEIRAS	264.500,00	70.067,57	1.794,46	1.969,10	902,09	765,97	3.448,67
			26,49%	0,68%	0,74%	0,34%	0,29%	1,30%
14	CHUPINGUAIA	515.070,00	190.917,19	14.684,18	19.800,52	5.805,46	6.151,00	3.125,67
			37,07%	2,85%	3,84%	1,13%	1,19%	0,61%
15	COLORADO DO OESTE	144.240,00	113.464,54	2.360,60	1.072,71	942,13	2.169,52	831,52
			78,66%	1,64%	0,74%	0,65%	1,50%	0,58%
16	CORUMBIARA	307.970,00	182.926,77	4.089,53	8.905,99	1.715,44	1.528,00	2.485,34
			59,40%	1,33%	2,89%	0,56%	0,50%	0,81%
17	COSTA MARQUES	514.060,00	58.558,58	15.026,29	18.164,11	19.532,66	9.774,40	9.577,28
			11,39%	2,92%	3,53%	3,80%	1,90%	1,86%
18	CUJUBIM	403.490,00	60.734,11	5.564,86	11.878,65	14.529,50	10.990,59	10.553,58
			15,05%	1,38%	2,94%	3,60%	2,72%	2,62%
19	ESPIGAO D'OESTE	452.380,00	172.116,68	9.088,35	3.150,22	3.425,10	4.996,96	5.529,24
			38,05%	2,01%	0,70%	0,76%	1,10%	1,22%
20	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	509.160,00	100.659,31	4.124,06	4.775,59	3.417,34	2.756,53	4.785,13
			19,77%	0,81%	0,94%	0,67%	0,54%	0,94%
21	GUAJARÁ-MIRIM	2.521.400,00	88.685,05	3.366,06	2.184,44	5.846,22	3.917,09	3.870,71
			3,52%	0,13%	0,09%	0,23%	0,16%	0,15%
22	ITAPUÁ D' OESTE	393.800,00	64.689,99	2.046,51	2.043,06	5.993,54	3.879,42	6.482,85



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

			16,43%	0,52%	0,52%	1,52%	0,99%	1,65%
23	JARU	290.960,00	224.981,36	3.138,83	4.473,59	3.498,73	794,33	1.307,98
			77,32%	1,08%	1,54%	1,20%	0,27%	0,45%
24	JI-PARANÁ	692.250,00	221.529,01	16,2385	4767,69	1276,71	2542,5	1121,78
			32,00%	0,00%	0,69%	0,18%	0,37%	0,16%
25	MACHADINHO D'OESTE	855.610,00	148.850,12	13.024,34	20.536,32	23.003,28	19.125,54	18.435,52
			17,40%	1,52%	2,40%	2,69%	2,24%	2,15%
26	MINISTRO ANDREAZZA	87.530,00	57.753,37	1.196,21	559,34	549,69	1.188,51	1.119,78
			65,98%	1,37%	0,64%	0,63%	1,36%	1,28%
27	MIRANTE DA SERRA	125.370,00	52.827,19	1.362,09	2.342,96	1.397,56	583,26	443,95
			42,14%	1,09%	1,87%	1,11%	0,47%	0,35%
28	MONTE NEGRO	141.340,00	81.094,63	10.175,15	2.297,59	1.950,56	8.025,72	3.943,85
			57,38%	7,20%	1,63%	1,38%	5,68%	2,79%
29	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	115.990,00	75.838,85	3.320,88	1.529,17	1.369,57	1.618,26	2.190,96
			65,38%	2,86%	1,32%	1,18%	1,40%	1,89%
30	NOVA MAMORÉ	1.011.340,00	119.560,40	16.821,78	18.241,73	33.005,09	23.095,22	19.547,59
			11,82%	1,66%	1,80%	3,26%	2,28%	1,93%
31	NOVA UNIÃO	80.410,00	59.294,79	1.063,83	1.816,40	984,95	266,24	259,41
			73,74%	1,32%	2,26%	1,22%	0,33%	0,32%
32	NOVO HORIZONTE DO OESTE	83.350,00	60.054,99	3.012,99	999,21	1.838,96	496,72	931,90
			72,05%	3,61%	1,20%	2,21%	0,60%	1,12%
33	OURO PRETO DO OESTE	197.820,00	162.806,34	1.113,65	1.940,04	778,07	827,92	935,70
			82,30%	0,56%	0,98%	0,39%	0,42%	0,47%
34	PARECIS	255.860,00	71.354,45	7.461,13	11.492,46	5.639,57	7.839,11	2.574,38
			27,89%	2,92%	4,49%	2,20%	3,06%	1,01%
35	PIMENTA BUENO	625.800,00	198.370,74	9.689,84	8.568,70	12.556,11	10.568,46	4.423,76
			31,70%	1,55%	1,37%	2,01%	1,69%	0,71%
36	PIMENTEIRAS DO OESTE	612.890,00	97.446,03	4.076,65	9.523,81	6.238,39	3.133,14	2.919,86
			15,90%	0,67%	1,55%	1,02%	0,51%	0,48%
37	PORTO VELHO	3.420.950,00	378.469,72	33.400,00	41.978,42	74.725,49	51.735,46	44.330,38
			11,06%	0,98%	1,23%	2,18%	1,51%	1,30%
38	PRESIDENTE MEDICI	169.340,00	145.526,94	1.802,53	1.213,22	880,21	1.077,98	1.187,29
			85,94%	1,06%	0,72%	0,52%	0,64%	0,70%
39	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	61.540,00	43773,67	299,0383	137,92	581,58	826,54	272,73
			71,13%	0,49%	0,22%	0,95%	1,34%	0,44%
40	RIO CRESPO	172.990,00	70.806,82	5.936,26	7.145,43	3.257,91	3.746,57	3.295,62
			40,93%	3,43%	4,13%	1,88%	2,17%	1,91%
41	ROLIM DE MOURA	148.730,00	117.371,30	2.212,83	1.813,79	1.088,64	1.077,91	1.437,99
			78,92%	1,49%	1,22%	0,73%	0,72%	0,97%
42	SANTA LUZIA D'OESTE	118.770,00	79.225,14	1.508,02	2.881,36	942,46	938,80	1.008,62
			66,70%	1,27%	2,43%	0,79%	0,79%	0,85%
43	SÃO FELIPE D'OESTE	54.650,00	46.130,08	711,6176	510,661	211,68	807,08	243,92
			84,41%	1,30%	0,93%	0,39%	1,48%	0,45%
44	S FRANCISCO DO GUAPORÉ	1.096.100,00	128.800,81	23.504,53	17.182,59	17.759,89	11.449,10	12.221,97
			11,75%	2,14%	1,57%	1,62%	1,04%	1,12%
45	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	781.490,00	150.435,14	11.089,39	15.903,14	10.188,03	11.536,63	6.060,56
			19,25%	1,42%	2,03%	1,30%	1,48%	0,78%
46	SERINGUEIRAS	366.060,00	76.704,07	5.965,76	8.396,52	8.691,63	5.280,55	6.042,24



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

			20,95%	1,63%	2,29%	2,37%	1,44%	1,65%
47	TEIXEIRÓPOLIS	45.580,00	38.411,06	123,4087	737,87	281,35	265,96	309,91
			84,27%	0,27%	1,62%	0,62%	0,58%	0,68%
48	THEOBROMA	219.900,00	133.648,69	4.105,72	8.530,76	2.260,35	2.267,01	3.240,86
			60,78%	1,87%	3,88%	1,03%	1,03%	1,47%
49	URUPÁ	84.970,00	64.027,95	1.554,22	1.104,30	1.040,46	493,40	795,72
			75,35%	1,83%	1,30%	1,22%	0,58%	0,94%
50	VALE DO ANARI	313.630,00	74.444,08	5.675,68	11.502,98	6.035,75	6.029,78	2.205,23
			23,74%	1,81%	3,67%	1,92%	1,92%	0,70%
51	VALE DO PARAÍSO	96.720,00	72.854,65	1.080,90	2.127,00	1.107,83	1.258,73	518,01
			75,33%	1,12%	2,20%	1,15%	1,30%	0,54%
52	VILHENA	1.141.120,00	95.745,61	7.498,79	10.047,33	15.909,56	6.859,31	4.027,60
			8,39%	0,66%	0,88%	1,39%	0,60%	0,35%
TOTAL		23.851.280,00	5.948.502,00	344.773,45	381.099,76	373.842,96	331.402,38	277.329,54
			24,94%	1,45%	1,60%	1,57%	1,39%	1,16%

FONTE: EXEC. TECNOMAPAS 2001/02 SEDAM 2003/04/05/06/07/2008

****Desde o ano de 2004 há uma tendência de redução no desmatamento, porém no ano de 2008 houve uma redução de 43% em relação ao ano de 2007**

*** A área considerada em regeneração envolve áreas que foram classificadas como desmatamento, e em análise em anos posteriores verificou-se que não era desmatamento, e há áreas em regeneração por abandono. Há a necessidade de um trabalho de campo para fazer uma melhor distinção entre as áreas.

*****Há também a necessidade de fazer uma análise melhor com relação às matas ciliares, devido ao tamanho de pixel, em muitos lugares a mata ciliar ficou



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

As áreas consideradas de risco para aumento das taxas de desmatamento e prioritárias para as ações deste Plano estão no mapa abaixo, elaborado pela SEDAM:



Estas regiões estão fora do eixo da BR-364 na direção de ecossistemas frágeis já apontados pelo ZSEE de Rondônia na década de 90.

A região 1 compreende os municípios de Machadinho e Cujubim, cujos fatores determinantes para o desmatamento são a exploração da madeira e os assentamentos fomentados pelos movimentos sociais.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

O asfaltamento da rodovia que liga Cujubim à BR-364 tem induzido a ocupação de áreas particulares pelos integrantes da Liga dos Camponeses Pobres – LCP com desmatamento acentuado em 2009.

A região 2 é a região de Buritis e Jacinópolis na direção da BR-421, local de penetração de madeiras e agricultura de derruba e queima, com desmatamento promovido pela agricultura familiar e pela pecuária extensiva.

A região 3, no município de Porto Velho, é composta por Buritis e Resex do Jaci Paraná, área de uso restrito pelo ZSEE do estado, que está sendo ocupada por produtores familiares oriundos dos projetos mais antigos, em sua maioria filhos de agricultores de outras regiões.

A região 4, também no eixo da BR-421, fica na região de Nova Mamoré área de penetração da agricultura familiar e da pecuária, onde também está sendo instalada uma usina de açúcar e álcool.

A região 5, é o núcleo de União Bandeirantes no município de Porto Velho, área de uso restrito pelo SZEE e que está *sub judice* da justiça por ocupação irregular. Também é foco de desmatamento pela agricultura familiar.

A região 6, é o eixo da BR-319, entorno do rio Madeira, palco da construção da UHE, foco de ocupação por madeireiros e agricultores familiares com aumento significativo do desmatamento nos últimos anos, principalmente pela pecuária de corte. Há instalação de frigoríficos na região o que fomenta a expansão da atividade.

A região 7, é o eixo da BR-429, que está sendo asfaltada com ocupação por agricultores familiares e fazendas para a pecuária, com o incremento do desmatamento.

A região 8, combina o avanço da pecuária com as culturas mecanizadas o que desloca famílias para ocuparem as florestas e demandarem desmatamento.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

3. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A Diretriz Estratégica do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento em Rondônia é combater o desmatamento com desenvolvimento e inclusão social.

Depois de anos de ações de comando e controle, com ênfase na fiscalização e aplicação de multas, poucos foram os resultados para inibir o desmatamento e a invasão de áreas protegidas, isolando cada vez mais as instituições responsáveis pela proteção e gestão do meio ambiente da sociedade, dos agentes econômicos e da classe política.

Aproveitando que se começa a construir um consenso na Amazônia sobre a necessidade de reduzir o desmatamento para zero, é hora de propor políticas compensatórias, que tragam os agentes que promovem o desmatamento para a solução do problema, mostrando que quem está determinando agora o uso sustentável e a legalidade da atividade na Amazônia é o mercado consumidor, e a continuidade da política do *derruba e queima* pode representar a perda de oportunidades imediatas para todos os produtores.

Neste sentido, a estratégia do Governo de Rondônia, em consonância com o Governo Federal, é de buscar, o quanto antes, a integração da sociedade, dos agentes econômicos e da classe política num amplo pacto pela redução do desmatamento e a produção sustentável, garantindo o acesso aos mercados consumidores.

Para isso, o Governo fará um esforço de integração entre suas instituições – SEDAM, PM-Florestal, SEAGRI, SEDES, IDARON, EMATER, SEDUC, e as instituições federais que atuam em Rondônia com destaque para o IBAMA, SIPAM, MMA-SFB, INCRA, MDA-Terra Legal, MPU, EMBRAPA, DFA, UNIR, ICMBio, FUNAI e Polícia Federal, garantindo a participação de todos na execução deste Plano.

Por fim, fará parte da estratégia do Plano um amplo programa de divulgação dos resultados como forma de garantir o controle social e a transparência das ações.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4.1. Objetivo Geral

Reduzir gradualmente as taxas de desmatamento em Rondônia até atingir zero de incremento anual em 2015, garantindo a proteção e o manejo das áreas especiais (Terras Indígenas e Unidades de Conservação) e a gestão sustentável das propriedades rurais.

3.2. Objetivos Específicos (metas)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS (METAS)	ANO					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Área desmatada em km ²	<800	<600	<400	<200	<100	= 00
Recuperação de áreas alteradas (ha), cerca de 13 % da área total desmatada.	50.000	100.000	150.000	200.000	250.000	300.000
Recuperação Matas Ciliares – APP. (ha)	5.000 –	10.000	15.000	20.000	25.000	30.000
Propriedades com Licença Ambiental Ativa em Rondônia (acumulada).	12.000	15.000	20.000	25.000	35.000	50.000
Unidades de Conservação com Plano de Manejo em execução (50 UC).	-----	8	12	15	15	-----
Projetos REDD aprovados e em execução (05 projetos).	-----	-----	01	02	02	-----
Focos de calor detectados em Rondônia.	<10.000	<8.000	<6.000	<4.000	<2.000	<1.000



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

5. PROGRAMAS ESTRUTURANTES

Os Programas Estruturantes estão associados aos Eixos Temáticos do Plano e será a base norteadora para a elaboração dos Projetos Prioritários. O objetivo é transformar os Projetos Prioritários em instrumentos de execução da proposta de prevenção, controle e alternativas sustentáveis ao desmatamento em Rondônia.

5.1. PROGRAMA ESTRUTURANTE DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

A base para a implementação deste Programa Estruturante será a atualização do Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico de Rondônia depois de mais de 10 anos da realização da Segunda-aproximação para redefinir o ordenamento territorial do estado com base na nova realidade existente. Conforme o diagnóstico realizado o ZSEE está descaracterizado e as áreas especialmente protegidas sob risco, inclusive as que abrigam formações florestais de ocorrência restrita. Como desdobramento dos estudos para a 3ª aproximação do ZSEE toda a legislação ambiental deverá ser também atualizada sob a forma de um código ambiental para o estado.

A segunda linha de base para este Programa Estruturante e essencial para a prevenção do desmatamento ilegal é o processo de regularização fundiária. O Governo do Estado já vem trabalhando em conjunto com o Governo Federal – MPU e MDA – na implantação do Programa Terra Legal e as ações previstas no âmbito do Programa devem ser estendidas para todo o estado de Rondônia, para a regularização das aproximadamente 43 mil famílias cadastradas como ocupantes de terras públicas no INCRA.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Nos estudos para a 3ª aproximação do ZSEE, especial atenção deve ser dada para a questão dos ocupantes da Zona 2, área destinada ao manejo florestal, e que representa um foco de tensão e conflito agrário. Da mesma forma, as áreas de entorno das terras protegidas devem ser priorizadas para a regularização fundiária das famílias de pequenos agricultores, sempre no cumprimento da legislação em vigor.

Para a eficácia deste Programa Estruturante é de fundamental importância a participação da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI órgão do Estado responsável pela política fundiária do Governo, e que já vem atuando no Programa Terra Legal.

Da mesma forma é imprescindível a participação do INCRA, MDA e SPU nas ações de regularização fundiária aproveitando a estrutura que já foi criada do Grupo Executivo Estadual – GEE como fórum de discussão, monitoramento e avaliação dos Projetos Prioritários propostos.

Para a adequação do ZSEE será necessária a decisão da SEPLAN para a contratação dos estudos e da Assembléia Legislativa para atualizar a legislação pertinente, conforme ficou demonstrado quando da realização das Audiências Públicas sobre as alterações sobre o Código Florestal.

PROJETOS PRIORITÁRIOS ASSOCIADOS AO PROGRAMA ESTRUTURANTE 5.1.

Projeto Prioritário 5.1.1. Estudos Sócio-Econômicos e Ambientais para a adequação do ZSEE (3ª aproximação) à nova realidade do Estado.

Justificativa: O Governo de Rondônia, nos anos 80, inovou com a elaboração da primeira aproximação de ZEE para a Amazônia, induzindo o Governo Federal a criar uma política específica para este fim. A primeira aproximação do ZEE de RO definiu zonas de ocupação e áreas protegidas num esforço pioneiro de definir o uso do território segundo suas potencialidades e vulnerabilidades. Porém este esforço foi empírico, com pouco investimento em pesquisa e estudos.

Dez anos depois, com recursos do PLANAFLORO, foi elaborada a segunda aproximação do ZSEE, agora com pesquisas de campo e estudos complexos de



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

geologia, geomorfologia, solos, vegetação, fauna e sócio-economia, com um arcabouço legal compatível com a realidade desenhada no estado.

Agora, passado mais 10 anos, a realidade é outra, com uma nova dinâmica de ocupação e novos vetores que atuam num novo desenho de ordenamento requerendo uma nova atualização para a resolução dos conflitos atuais.

Estratégia: Atualizar os estudos, discutir com os agentes econômicos, sociedade organizada e classe política para propor um Mapa de Gestão Territorial para Rondônia, com a construção de um pacto para o uso sustentável dos recursos.

Objetivo: Atualizar o ZSEE adequando o uso do solo à nova realidade de ocupação do estado.

Resultados Esperados: Terceira aproximação do ZSEE elaborada e aprovada.

Responsável: Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN

Parceiros: SEDAM, SEAGRI, SEDES, MMA, IBAMA, ICMBIO, FUNAI, SPU, EMBRAPA, UNIR e SIPAM.

Tempo de Execução: 18 meses.

Projeto Prioritário 5.1.2. Elaboração, discussão, validação e aprovação de um Código Ambiental para Rondônia.

Justificativa: Neste momento o Congresso Nacional está discutindo alterações no Código Florestal brasileiro com foco nos percentuais de área de reserva legal e de preservação permanente das unidades produtivas rurais.

Alguns estados, como Santa Catarina, já se adiantaram e elaboraram seu próprio Código Ambiental em desacordo com a legislação federal, sujeito a questionamento do Supremo Tribunal Federal.

A legislação ambiental de Rondônia, independente das alterações promovidas pelo Congresso Nacional no Código Florestal, precisa ser revista, atualizada e organizada sob a forma de um Código Ambiental próprio. Esta demanda surgiu quando da realização das Audiências Públicas para a discussão do Código Florestal.

No momento, há uma vontade política da Assembléia Legislativa em discutir este assunto e atender a demanda da sociedade para adequar a legislação em vigor, justificando no âmbito deste Plano a elaboração, discussão, validação e aprovação de um Código Ambiental para Rondônia.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Estratégia: Contratar consultoria para sistematizar, analisar, revisar, atualizar e propor, discutir, adequar e elaborar um Código Ambiental para Rondônia.

Objetivo: Com base nos resultados das audiências públicas que discutiu o Código Florestal e nos estudos do ZSEE, revisar e atualizar toda a legislação ambiental de Rondônia, sob a forma de um Código Ambiental.

Resultado Esperado: Código Ambiental, elaborado, aprovado e divulgado para garantir a legalidade do uso dos recursos naturais em Rondônia.

Responsável: Secretaria de Estado Desenvolvimento Ambiental – SEDAM

Parceiros: Assembléia Legislativa de Rondônia, Ministério Público Estadual, UNIR e Sociedade Civil Organizada.

Tempo de Elaboração: 12 meses.

Projeto Prioritário 5.1.3. Regularização Fundiária nos municípios com tendência de crescimento nas das taxas de desmatamento: Porto Velho, Nova Mamoré, Cujubim, Machadinho, Buritis, Espigão do Oeste (Pacarana), Pimenta Bueno e entorno da BR-429.

Justificativa: Conforme informação do Diagnóstico existe uma correlação significativa entre taxa de desmatamento e ocupação irregular de terras públicas (também particulares), pois a derrubada da floresta é uma forma aceita de reconhecimento de posse, ou seja, quem desmata e ocupa é o pretense dono da terra. Essa situação tem levado à impunidade de quem desmata por falta absoluta de possibilidades de penalizar o infrator ou mesmo trazê-lo para um processo de negociação.

O Governo Federal, através do MDA, lançou o Programa Terra Legal, com a finalidade de regularizar a posse dos ocupantes que possuem áreas de até 1.500 hectares, com prioridade para as famílias que possuem até 240 hectares, a imensa maioria. Pretende-se regularizar a situação fundiária e ambiental, com o cadastramento dos ocupantes e o geo-referenciamento das posses.

O Projeto Prioritário, a exemplo do que já vem ocorrendo em outras partes do País, pretende fazer uma varredura nas áreas consideradas de risco para o



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

aumento das taxas de desmatamento em RO (ver mapa) identificando os ocupantes e firmando um compromisso para a regularização das posses com respeito às leis ambientais.

Estratégia: Integrar o trabalho da SPU, MDA, SEAGRI e SEDAM para regularizar 43.741 ocupações de terras públicas em Rondônia de forma a zerar o desmatamento nas áreas regularizadas.

Objetivo: Promover a regularização fundiária nos municípios com tendência de aumento nas taxas de desmatamento seguindo os critérios do Programa TERRA LEGAL.

Responsável: MDA e SEAGRI

Parceiros: INCRA, SEDAM, PREFEITURAS, SPU e SIPAM.

Tempo de Execução: 36 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.1.4. Regularização Fundiária em áreas de entorno das Áreas Protegidas - Terras Indígenas e Unidades de Conservação - e prioritárias para a agricultura familiar.

Objetivo: Promover a regularização fundiária nas áreas de entorno (amortecimento) das unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral como forma de diminuir a pressão sobre as unidades e zerar as taxas de desmatamento.

Justificativa: Rondônia tem um complexo sistema de áreas protegidas compostas por Terras Indígenas e Unidades de Conservação criadas pelos Governos Estadual e Federal. A soma destas áreas representa um volume significativo das terras do estado que abriga uma rica diversidade étnica e biológica. No entanto, por diversos fatores um número significativo destas áreas estão ocupadas de forma irregular com a descaracterização da biota pela derrubada da floresta, retirada da madeira, caça e pesca ilegais, num processo de difícil reversão. O caso mais emblemático no momento é o da FLONA do Bom Futuro e seus constantes conflitos em Rondônia. Para impedir este avanço, faz-se necessário um processo de negociação com os moradores do entorno destas áreas protegidas para sensibilizá-los a atuarem como agentes de proteção das áreas, introduzindo o manejo sustentável do entorno das áreas como forma de deter a ocupação irregular. Esta política de integrar as comunidades do entorno na gestão das áreas protegidas tem obtido sucesso como estratégia para a conservação das unidades com metodologia já comprovada e diversas fontes de recursos apoiar ações neste sentido.

Estratégia: Capacitar técnicos da SEDAM, MPU, MDA, INCRA, IBAMA, FUNAI, Prefeituras e estudantes com interesse em gestão ambiental das faculdades para atuarem na mediação de conflitos e gestão e manejo do entorno das áreas protegidas, com a regularização fundiária e a inserção dos ocupantes no processo de proteção das áreas.

Responsável: MDA e SEAGRI

Parceiros: INCRA, SEDAM, PREFEITURAS, SPU, IBAMA, ICMBIO e SIPAM.

Tempo de Execução: 24 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.1.5. Demarcação, Aviventação e Sinalização das Áreas Protegidas de Rondônia.

Objetivo: Promover a identificação e proteção das áreas especialmente protegidas de Rondônia para evitar a ocupação desordenada, retirada de madeiras, o desmatamento, a pesca e a caça ilegais.

Justificativa: O processo de regularização fundiária no entorno das áreas protegidas com o geo-referenciamento das posses implicará na demarcação automática destas áreas, definindo o limite entre a Terra Indígena ou a Unidade de Conservação e o ocupante. Será uma ótima oportunidade para aviventar os limites através de picadas, construção de cercas e colocação de placas indicativas de que se trata de uma área de acesso restrito e protegida por lei.

Todo esforço deve ser feito no sentido que os ocupantes participem desta demarcação, sendo beneficiado com orientação técnica e insumos (arames etc) para construir e proteger a cerca divisória impedindo o acesso através de sua propriedade. Também poderá receber mudas de bambu, banana e outras frutíferas para demarcar a divisa com uma cerca viva.

Esta é uma forma de legitimar os limites das áreas protegidas e buscar o apoio da população do entorno para sua gestão e proteção.

Estratégia: Integrar o trabalho do INCRA, MDA, SPU, SEAGRI e Prefeituras com a estratégia da SEDAM, FUNAI e IBAMA para proteger as áreas especiais de Rondônia e evitar a ocupação ilegal e o desmatamento.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: INCRA, SEDAM, PREFEITURAS, ICMBIO, MMA e SIPAM.

Tempo de Execução: 36 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

5.2. PROGRAMA ESTRUTURANTE DE ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS PARA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E MANEJO FLORESTAL.

Este Programa Estruturante foi o mais debatido e demandado durante as reuniões que foram realizadas nos municípios com os técnicos e os produtores rurais. Foi unânime a necessidade de viabilizar atividades sustentáveis para a produção, incorporando inovação tecnológica, sem exclusão social.

A leitura da maioria é que o desmatamento em Rondônia foi incentivado e promovido pelos governos Federal e Estadual e suas políticas de fomento, sem nenhuma orientação técnica ou alternativa para o uso sustentável dos recursos cabendo a estes governos promover alternativas para que as áreas degradadas possam produzir mais com a regeneração das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Porém, a maioria absoluta acredita que somente a mudança no Código Florestal, com a redução da reserva legal, pode resolver a questão do passivo ambiental de Rondônia.

Os últimos acontecimentos ocorridos no Pará e que afetaram diretamente os produtores inseridos na cadeia produtiva da carne bovina, serviu de alerta em Rondônia e muitos produtores estão procurando adequar suas propriedades para a produção sustentável, dentro dos padrões exigidos pelo mercado comprador.

Essa pode ser a oportunidade para que se promovam alternativas sustentáveis para a produção agropecuária e o manejo florestal em Rondônia.

Este Programa Estruturante está prevendo a elaboração e execução de 23 Projetos Prioritários associados principalmente às cadeias produtivas da carne bovina, do leite e derivados e da indústria florestal.

Estes Projetos Prioritários serão detalhados e elaborados de forma participativa pelos atores envolvidos e apresentados para a captação de recursos junto às fontes financiadoras.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

PROJETOS PRIORITÁRIOS ASSOCIADOS AO PROGRAMA ESTRUTURANTE 4.2.

Projeto Prioritário 5.2.1. Implantar unidades demonstrativas de Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura em áreas estratégicas do Estado.

Objetivo: Demonstrar alternativas econômicas sustentáveis para a recuperação de áreas degradadas e com baixa produtividade em Rondônia utilizando tecnologias comprovadas pela pesquisa.

Justificativa: A ocupação das terras de Rondônia teve início no início dos anos setenta, e coincidiu com as mudanças na estrutura de posse e uso da terra no centro-sul do País. Portanto, desde 1969, quando chegaram os primeiros colonos que os solos estão sendo usados sem nenhum manejo adequado, num processo de exaustão que se aproxima dos 40 anos!

Como resultado, a agropecuária de Rondônia cresce às custas da incorporação de novas áreas de florestas, mantendo uma baixíssima produtividade tanto da agricultura quanto da pecuária.

Nos últimos anos a EMBRAPA desenvolveu um sistema destinado a recuperar áreas degradadas e erodidas no cerrado brasileiro, e, com uso de tecnologia e insumos, vem reabilitando estas terras com um aumento significativo da produtividade. O sistema, conhecido como Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura pode representar uma boa opção para recuperar as terras cansadas de Rondônia, aumentando a produtividade e diminuindo a pressão sobre as áreas de *floresta em pé*. Da mesma forma, a recuperação destas áreas com o aumento da produtividade poderá liberar áreas para a recomposição obrigatória das reservas legais e áreas de preservação permanente das propriedades rurais, conforme prevê a legislação em vigor.

Responsável: SEAGRI.

Estratégia: Integrar MAPA, EMBRAPA, EMATER e SEAGRI para implantação de unidades demonstrativas do Sistema de Integração lavoura, Pecuária e Silvicultura.

Parceiros: MAPA, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SEDAM, PREFEITURAS, FEFA E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.2. Distribuição e facilitação do acesso ao calcário dolomítico para a correção de solos aos agricultores que licenciaram a propriedade.

Objetivo: possibilitar o aumento da produtividade por área e diminuir a pressão sobre os remanescentes de floresta nas propriedades.

Justificativa: Conforme demonstrado no Projeto Prioritário 4.2.1. a exaustão dos solos de Rondônia levou a baixíssimos índices de produtividade tanto na agricultura quanto na pecuária.

O primeiro passo para reverter esta situação é ampliar o acesso ao calcário dolomítico aos produtores de Rondônia como forma de corrigir a acidez dos solos e preparar a terra para o aumento da produtividade. O aumento de 25% na produtividade agrícola e de 50% na capacidade de carga animal das pastagens, implica numa redução significativa do desmatamento.

Estratégia: Iniciar a produção de calcário em Pimenta Bueno e planejar a distribuição do insumo em todos os municípios do Estado, beneficiando os produtores que optaram pelo licenciamento ambiental.

Responsável: SEDES.

Parceiros: SEAGRI, SEDAM, EMATER, EMBRAPA, CMR E IDARON.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.3. Melhoramento genético do rebanho bovino de corte e de leite para diminuir a pressão sobre a floresta em pé.

Objetivo: Aumentar a produtividade do rebanho de corte e de leite através da inseminação artificial direcionada para os agricultores que licenciaram suas propriedades.

Justificativa: Conforme ficou demonstrado no Diagnóstico que serviu de base para a elaboração desta proposta, os baixíssimos índices de produtividade das pastagens e do rebanho de Rondônia foram os principais responsáveis pelo desmatamento, com o crescimento horizontal da atividade.

A média de produção animal em Rondônia é de menos de 1,0 (um) unidade animal por hectare e de cerca de 4,0 (quatro) litros de leite por vaca ordenhada. O crescimento do rebanho tem que ser abrigado em novas áreas desmatadas.

Uma estratégia que vem sendo adotada em outros estados, além do manejo adequado das pastagens, com a introdução de gramíneas e leguminosas mais produtivas, e pastoreio rotacionado, é o melhoramento genético do rebanho com a introdução de reprodutores e matrizes mais produtivas para se produzir mais em menos espaço, poupando a anexação de novas áreas.

Nesse sentido, justifica-se a elaboração de um Projeto Prioritário para ampliar a distribuição de sêmen de reprodutores melhorados e a introdução de transferência de embriões e fertilização *in vitro*.

Estratégia: Mobilizar a classe produtora da cadeia da carne bovina e do leite para juntos com a SEAGRI, EMATER e EMBRAPA iniciarem um amplo processo de melhoramento genético do gado de Rondônia, premiando as propriedades que aderirem ao licenciamento ambiental e a certificação.

Responsável: SEAGRI.

Parceiros: SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SEDAM, PREFEITURAS, FEFA E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.4. Melhoramento genético do rebanho ovino para diminuir a pressão sobre a floresta em pé.

Objetivo: Aumentar a produtividade do rebanho ovino através da distribuição de reprodutores e matrizes melhoradas para aumento da produtividade nas propriedades licenciadas pela SEDAM.

Justificativa: Muitos agricultores, principalmente os familiares, têm optado pela criação de pequenos animais como ovelhas que vem obtendo um preço cada vez mais atraente no mercado.

No entanto, a atividade deve ser iniciada e apoiada tem por base um processo de qualidade no rebanho para que se garanta uma maior produtividade numa área menor.

Nesse sentido, deve-se apoiar a adoção de técnicas modernas de criação de ovinos com a introdução de raças melhoradas para a produção de carnes e adaptadas ao clima da Amazônia.

O projeto deve incentivar a troca de experiência entre os criadores e promover a importação de raças de alta produtividade, como o Santa Inês, que vem demonstrando um bom desempenho e com excelente aceitação no mercado.

Estratégia: Mobilizar a classe produtora da cadeia da carne bovina e do leite para juntos com a SEAGRI, EMATER e EMBRAPA iniciarem um amplo processo de melhoramento genético do gado de Rondônia, premiando as propriedades que aderirem ao licenciamento ambiental e a certificação.

Responsável: SEAGRI.

Parceiros: SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SEDAM, PREFEITURAS, FEFA E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.5. Incentivo a produção de mel através de insetos polinizadores para aumento da produtividade agrícola e valorização da floresta.

Objetivo: Aumentar a renda das propriedades utilizando as áreas de reserva legal como *pasto apícola* para a produção de mel certificado, em propriedades licenciadas pela SEDAM.

Justificativa: Um dos pontos mais debatidos nas reuniões para discutir sobre a elaboração deste Plano foi sobre as alternativas econômicas para o uso da Reserva Legal e das Áreas de Proteção Permanente das propriedades rurais, como forma de complementar a renda do agricultor sem comprometer o que prevê o Código Florestal.

Dentre as várias observações foi unânime que a pesquisa ainda não disponibilizou em Rondônia orientações técnicas com combinações de espécies vegetais capaz de recuperar as áreas e gerar renda. Não existem informações confiáveis sobre o retorno econômico dos SAFs.

Uma das opções conhecidas e passíveis de ser compatibilizada com a regeneração natural da floresta, principalmente das matas ciliares, foi a criação de abelhas para a produção de mel, produto com mercado garantido e com o ganho suplementar da polinização cruzada, com aumento da produção principalmente das frutas de quintal e café.

Estratégia: Envolver EMATER, SEAGRI, EMBRAPA, SEBRAE e UNIR num processo de capacitação e divulgação da atividade da apicultura no Estado, principalmente em apoio à agricultura familiar. Considerar os agricultores que licenciaram as propriedades e estão preservando as áreas de APP.

Responsável: SEAGRI.

Parceiros: SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SEDAM, PREFEITURAS, FEFA E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.6. Produção de mudas de essências florestais para a recomposição da reserva legal e matas ciliares.

Justificativa: Em função da necessidade de recomposição das áreas de reserva legal e APP das propriedades rurais aumenta a cada dia a procura por mudas de essências florestais em Rondônia.

Esse processo de produção irá implicar na valorização das APP e reserva legal como fornecedoras de sementes de essências florestais para a produção das mudas, uma forma de valorizar as áreas e disponibilizar para os produtores mais uma opção de renda.

A SEDAM já tem uma unidade de beneficiamento de sementes em Ariquemes que poderá coordenar a coleta, beneficiamento e distribuição das sementes para a formação dos viveiros.

Estratégia: Envolver a EMATER, MMA/SFB, Prefeituras, Escolas Agrícolas e SEAGRI na identificação dos produtores de mudas e divulgação do programa.

Objetivo: Oferecer aos agricultores familiares mudas de essências florestais e frutíferas adaptadas para a recomposição da reserva legal em consórcio com culturas pioneiras conforme prevê o Código Florestal.

Responsável: SEAGRI. EMATER e Prefeituras.

Parceiros: SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SEDAM, DFA, PREFEITURAS e EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.7. Apoio a produção de pescado em cativeiro (psicultura) nas propriedades licenciadas pela SEDAM para diminuir a pressão sobre a floresta.

Justificativa: está foi uma opção muito apontada nas reuniões como solução para aumentar a renda do agricultor familiar e diminuir a pressão sobre a floresta, pois a tecnologia já está disponível e o mercado de consumo de peixe é crescente no Brasil.

A SEAP foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura com a finalidade de incentivar a atividade e Rondônia reuni as condições edafo-climáticas e hídricas para ser um grande produtor de pescado na Amazônia.

Estratégia: Mobilizar a classe produtora, envolver a FETAGRI, a Delegacia do Ministério da Pesca em Rondônia, EMATER, SEBRAE, SEDAM, SEAGRI e Prefeituras para apoiar a atividade com insumos e assistência técnica.

Objetivo: melhorar aproveitamento das APP com a utilização das lâminas de água para a produção de pescado (tambaqui, pirarucu e pintado).

Responsável: SEAGRI.

Parceiros: SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SEDAM, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.8. Incentivo ao manejo florestal comunitário para a utilização dos remanescentes florestais das Florestas Estaduais de Rendimento Sustentável de Rondônia.

Objetivo: Melhorar a renda e garantir o uso sustentável dos recursos madeireiros e não madeireiros dos ocupantes das FERS de Rondônia, evitando o aumento do desmatamento ilegal.

Justificativa: Rondônia criou, com o Polonoroeste e Planaflores, uma rede de unidades de conservação de uso sustentável, com destaque para as Florestas Estaduais de Rendimento Sustentáveis – FERS, no entanto estas unidades nunca foram implantadas, algumas desapareceram e outras estão ocupadas por famílias de agricultores tradicionais que continuam o processo de substituição da floresta por lavouras e pastagens.

Foi informado nas reuniões que o Estado não oferece opções de uso sustentável destas florestas para as populações que lá estão sendo necessário o desmate para a geração de renda.

Há necessidade de implantar um Projeto Prioritário de manejo florestal comunitário com as famílias que estão na área, através de concessões, para que estas conheçam o potencial do manejo florestal madeireiro e não madeireiro e possam contribuir na proteção e uso sustentável das áreas, a exemplo do que vem ocorrendo na FLONA do Tapajós no estado do Pará.

Estratégia: envolver a EMATER, SEDAM, SEAGRI, SEBRAE, PREFEITURAS, MMA/SFB, EMBRAPA para a capacitação de pessoal e divulgação do MFS como forma de geração de renda para os ocupantes da FERS.

Responsável: SEAGRI.

Parceiros: SEDES, EMBRAPA, INCRA, SEDAM, MMA/SFB, EMBRAPA, SEBRAE, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.9. Concessão florestal para o manejo florestal sustentável nas Florestas Estaduais de Rendimento Sustentável - FERS.

Justificativa: Da mesma forma que exposto para o Projeto Prioritário anterior, muitos empresários do setor madeireiro necessitam de áreas para garantir o suprimento regular de matéria prima para suas indústrias. Já existe legislação que permite a concessão florestal em áreas públicas para a realização do manejo florestal.

O Projeto deve prever a seleção e a contratação de empresas para a exploração sustentável através do manejo florestal das áreas das Florestas Estaduais de Rendimento Sustentável, com o compromisso da proteção e conservação dos recursos.

Objetivo: Viabilizar o suprimento de matéria prima de origem certificada para a indústria florestal usando os mecanismos de concessão utilizados pelo Governo Federal na FLONA do Jamari, diminuindo a pressão pelo “desmatamento oculto”.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: SEDES, SEAGRI, EMBRAPA, INCRA, MMA/SFB, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.10. Implantar 1.000 Unidades Referenciais estrategicamente distribuídas no estado para demonstrar tecnologias agropecuária sustentáveis de uso da terra em Rondônia.

Objetivo: Aumentar a renda das propriedades utilizando tecnologias de produção voltadas para sustentabilidade, conforme o conceito de ROTA VERDE desenvolvido pelo MDA para a agricultura familiar.

Responsável: EMATER.

Parceiros: SEAGRI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SEDAM, PREFEITURAS, FEFA E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.2.11. Apoio à mecanização agrícola para as propriedades licenciadas pela SEDAM.

Objetivo: Aumentar a produtividade das áreas agricultáveis através da incorporação de calcário e manejo dos solos, diminuindo a pressão sobre a floresta.

Responsável: SEDES.

Parceiros: SEAGRI, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SEDAM, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.2.12. Pagamento por serviços ambientais aos agricultores localizados em áreas de captação de água da CAERD e que protegerem a bacia hidrográfica.

Objetivo: Aumentar a renda das propriedades que protegerem a bacia de captação de água utilizada pela CAERD nos municípios, inaugurando um processo de pagamento por serviços ambientais em Rondônia.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: CAERD, SEAGRI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.2.13. Coleta, beneficiamento, armazenagem e comercialização de sementes de essências florestais.

Objetivo: Aumentar a renda das propriedades utilizando as áreas de reserva legal como fonte para a produção de sementes de essências florestais destinadas a produção de mudas dos viveiros florestais para a recomposição das Reservas Legais e APP.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: SEAGRI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.2.14. Recuperação de APP em área de declive com potencial para ocorrência de erosão.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Objetivo: Evitar a perda progressiva de solo, a queda da produtividade e o assoreamento dos cursos de água.

Responsável: SEAGRI.

Parceiros: SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SEDAM, PREFEITURAS, FEFA E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.2.15. Inserir Rondônia nos mecanismo de remuneração por degradação e desmatamento e evitado (REDD) com a utilização das unidades de conservação.

Objetivo: Dar visibilidade e gerar renda com as unidades de conservação de Rondônia no âmbito do mecanismo de remuneração REDD.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: SEAGRI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, PREFEITURAS, SFB, SIPAM E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

5.3. PROGRAMA ESTRUTURANTE DE MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL.

Este Programa Estruturante tem importância estratégica para avaliar o desenvolvimento e a eficácia dos mecanismos adotados pelo Plano para prevenir, controlar e promover ações sustentáveis com alternativa ao desmatamento em Rondônia.

A SEDAM, nos últimos anos e com o apoio do PPG7, foi capaz de criar e implantar um sistema de monitoramento dos mais complexos e eficazes que existem na Amazônia. Este sistema possibilita monitorar desmatamento, foco de calor, regeneração natural, propriedades licenciadas e planos de manejo aprovados disponibilizando as informações na internet.

Essa ferramenta tem sido de importância para melhorar a qualidade dos serviços prestados pela SEDAM à comunidade e ganha mais importância ainda com os últimos acontecimentos ocorridos no Pará recentemente, em que a sociedade, principalmente os consumidores, querem saber sobre a regularidade ambiental das propriedades rurais que estão produzindo os produtos consumidos, principalmente a carne bovina.

A SEDAM tem condições de informar o mercado essa situação divulgando as propriedades que estão regulares e merecem permanecer no mercado com um diferencial.

No entanto, a SEDAM, a PM-Florestal e o Ministério Público não podem abrir mão do dever de fiscalizar o desmatamento, a ocupação irregular de áreas protegidas, o transporte ilegal de madeira, as queimadas, a caça e a pesca ilegal.

Por isso a necessidade de Projetos Prioritários para a fiscalização de rotina, principalmente no entorno das áreas protegidas.

Também devem ser monitoradas e fiscalizadas todas as áreas licenciadas para garantir que as áreas de APP e Reserva Legal averbadas em Cartório estão sendo recuperadas conforme o TAC assinado.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

PROJETOS PRIORITÁRIOS ASSOCIADOS AO PROGRAMA ESTRUTURANTE 5.3.

Projeto Prioritário 5.3.1. Monitoramento da cobertura vegetal utilizando imagens de satélite e em tempo real em Rondônia.

Objetivo: Garantir o monitoramento da cobertura vegetal, a aquisição de imagens atualizadas e de alta resolução, antecipando as informações sobre as áreas com potencial para serem desmatadas.

Responsável: SEDAM e SIPAM.

Parceiros: SEAGRI, BASA, B. BRASIL, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDEERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.3.2. Mecanismo de monitoramento de todas as propriedades licenciadas para averiguar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta para a recomposição da reserva legal e área de preservação permanente das propriedades.

Objetivo: Garantir informações à sociedade, ao mercado e aos órgãos de controle sobre a situação das propriedades licenciadas.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: SEAGRI, BASA, B. BRASIL, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLÍCIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.3.3. Mecanismo de monitoramento da produção florestal seguindo as recomendações do mercado para a certificação ambiental da cadeia produtiva da madeira, como forma de evitar a comercialização da madeira oriunda do desmatamento ilegal.

Objetivo: Garantir o mercado para os produtos florestais madeireiros e não madeireiros de Rondônia, tendo por base a certificação.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: SEDES, EMBRAPA, SIPAM, SFB, INCRA, SEAGRI, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.3.4. Mecanismo de monitoramento da produção de gado bovino seguindo as recomendações do mercado para a certificação ambiental da cadeia produtiva da carne, como forma de garantir o acesso da carne de Rondônia aos mercados consumidores.

Objetivo: Garantir mercado para os produtos de origem animal (carne, couro, leite e derivados) produzidos em Rondônia, tendo por base a certificação.

Responsável: SEAGRI.

Parceiros: SEDES, EMBRAPA, SIPAM, FEFA, INCRA, SEDAM, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.3.5. Ampliar a abrangência do licenciamento ambiental das propriedades rurais para 50.000 unidades produtivas até o ano de 2015.

Objetivo: Garantir a conformidade das unidades produtivas de Rondônia em relação à legislação ambiental.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: SEAGRI, BASA, B. BRASIL, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDEERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.3.6. Ações de fiscalização no entorno das e nas áreas protegidas de Rondônia

Objetivo: Reprimir a ocupação irregular, retirada de madeira, caça e pesca ilegais nas áreas protegidas e seu entorno.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDEERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.3.7. Criar banco de dados com lista de propriedades legais e disponibilizar na rede mundial de computadores.

Objetivo: Produzir informações para divulgar as propriedades de Rondônia que têm regularidade ambiental e estão produzindo dentro dos parâmetros legais.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDEERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.3.8. Divulgar as propriedades de Rondônia que têm regularidade ambiental e estão produzindo dentro dos parâmetros legais

Objetivo: Mostrar que Rondônia respeita o meio ambiente, as leis e produz de forma sócio-ambiental sustentável, preservando a floresta.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDEERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

5.4. PROGRAMA ESTRUTURANTE DE CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO AMBIENTAL.

Um grave problema observado quando da realização do Diagnóstico foi a fragilidade das instituições responsáveis pela gestão ambiental em Rondônia. Há um enorme déficit de pessoal, porém há uma situação mais alarmante, parte significativa do pessoal que está atuando no sistema não tem formação adequada ou está há muitos anos sem passar por um processo de atualização e qualificação.

Isso tem levado a uma baixa qualidade dos serviços oferecidos com grande insatisfação por parte dos usuários da SEDAM e IBAMA, principalmente. Não sendo diferente para as demandas de fomento junto a SEAGRI, SEDES e EMATER nas áreas de manejo florestal e recuperação de áreas alteradas.

Neste sentido, foi unânime nas reuniões realizadas para discutir este Plano a necessidade de um amplo processo de capacitação e qualificação dos técnicos do Governo e da iniciativa privada para melhorar o atendimento e o fluxo dos processos que chegam à SEDAM para análise e aprovação, pois projetos mal elaborados demoram meses para serem aprovados num processo desgastante de idas e vindas, com aumento significativo dos custos do empreendedor. Pior, quanto trata-se da agricultura familiar isso tem afastado os pequenos produtores do processo de licenciamento ambiental.

Assim, o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentável ao Desmatamento está prevendo capacitar de forma massiva técnicos e agentes que atuam ou tem interesse nas questões ligadas ao meio ambiente como forma de criar um massa crítica capaz de propor, elaborar, gerir, executar, monitorar e avaliar políticas públicas de gestão ambiental e promoção do desenvolvimento.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

PROJETOS PRIORITÁRIOS ASSOCIADOS AO PROGRAMA ESTRUTURANTE 5.4.

Projeto Prioritário 5.4.1. Capacitação em instrumentos de gestão ambiental para o desenvolvimento local.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam nos municípios para promover a gestão ambiental, aplicando conhecimentos técnicos e legais.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.4.2. Capacitação para acesso e disseminação de informações sobre qualidade ambiental e saúde.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam nos municípios para promover a gestão ambiental em sua relação com a saúde pública, manejo de resíduos sólidos (lixo), doenças transmitidas por vetores etc.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: M. Saúde, FUNASA, B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.4.3. Capacitação em mecanismos de remuneração por serviços ambientais promovidos pela agricultura familiar.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam nos municípios para promover a gestão ambiental voltada para a remuneração dos serviços ambientais promovidos pela agricultura familiar.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 60 meses

Projeto Prioritário 5.4.4. Capacitação para a elaboração de projetos no âmbito do mecanismo REDD.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam no estado de Rondônia para a elaboração de projetos no âmbito do mecanismo REDD.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: MMA, B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 12 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.4.5. Capacitação para a elaboração de projetos no âmbito do Fundo Amazônia.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam no estado de Rondônia para a elaboração de projetos no âmbito do Fundo Amazônia.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: MMA, B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 12 meses

Projeto Prioritário 5.4.6. Capacitação para a promoção da pecuária sustentável.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam no estado de Rondônia para a elaboração de projetos no âmbito da agricultura sustentável.

Responsável: SEAGRI.

Parceiros: MMA, B. DO BRASIL, BASA, SEDAM, MAPA, SIPAM, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 12 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.4.7. Capacitação para o licenciamento ambiental nos municípios.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam nos municípios para viabilizar o licenciamento ambiental das propriedades rurais.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: MMA, B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 12 meses

Projeto Prioritário 5.4.8. Capacitação para o manejo do entorno das unidades de conservação.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam no estado de Rondônia para a elaboração de projetos de manejo do entorno das unidades de conservação para diminuir a pressão sobre as áreas protegidas.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: MMA, IBAMA, ICMBIO, B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 36 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.4.9. Capacitação para o manejo florestal de uso múltiplo em propriedades familiares.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam no estado de Rondônia para a elaboração, avaliação, assistência técnica e monitoramento de projetos de manejo florestal de uso múltiplo.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: IBAMA, ICMBIO, SFB, MMA, B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 24 meses

Projeto Prioritário 5.4.10. Capacitação para a certificação ambiental de unidades produtivas.

Objetivo: capacitar técnicos que atuam no estado de Rondônia para a certificação ambiental das unidades produtivas.

Responsável: SEDAM.

Parceiros: MMA, B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 36 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

Projeto Prioritário 5.4.11. Capacitação dos professores da rede pública de ensino para divulgar os princípios da gestão ambiental e da produção sustentável.

Objetivo: capacitar professores que atuam na rede de ensino do estado de Rondônia para divulgar os princípios da gestão ambiental e da produção sustentável junto aos alunos e formar uma nova geração comprometida com a conservação do meio ambiente.

Responsável: SEDAM e SEDUC.

Parceiros: MMA, B. DO BRASIL, BASA, SEAGRI, SIPAM, FUNAI, SEDES, EMBRAPA, IDARON, INCRA, SPU, M.P. FEDERAL, POLICIA FEDERAL, PM-AMBIENTAL, M.P. ESTADUAL, PREFEITURAS E EMATER.

Tempo de Execução: 36 meses

Projeto Prioritário 5.4.12. Capacitação dos técnicos e usuários em instrumentos de SIG, para melhorar a qualidade dos serviços e a melhor utilização dos sistemas da SEDAM.

Objetivo: melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos ambientais e pelos prestadores de serviço da iniciativa privada, diminuindo o tempo de análise e aprovação dos projetos e processos.

Responsável: SEDAM e SIPAM.

Parceiros: Todos os envolvidos com a gestão ambiental.

Tempo de Execução: 36 meses



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

6. GERENCIAMENTO DO PLANO

6.1. Desenho e planejamento operacional.

Este **Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento em Rondônia** será coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, que constituirá, através de Decreto assinado pelo Governador um Comitê Gestor do Plano composto por todas as instituições que atuam no âmbito da gestão ambiental em Rondônia.

Esta Comitê Gestor terá um estatuto próprio e terá garantida a participação de pelo menos 5 (cinco) entidades da sociedade civil, representantes dos seguintes segmentos: agricultura familiar, pecuaristas, madeireiros, ambientalistas e indígenas.

O Comitê Gestor terá como uma de suas atribuições aprovar os Projetos Prioritários e apoiar a captação de recursos.

Para cada Projeto Prioritário será nomeado um gerente de projeto que terá a responsabilidade da articulação e execução do projeto prioritário.

O Comitê Gestor poderá convocar os gerentes de projeto para avaliar o desenvolvimento e a execução do projeto.

A cada seis meses o Comitê Gestor divulgará um boletim com os resultados de cada projeto prioritário para conhecimento da sociedade.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

